

# Prefeitura e MP fazem acordo e ciclovia é retirada da Capitão Cruz

**Símbolo.** Acordo não envolve ação civil pública de improbidade administrativa

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibia.com.br

A ciclovia da Rua Capitão Cruz, símbolo de um dos períodos mais conturbados da história de Montenegro, não existe mais. Na segunda-feira à noite, por volta das 23 horas, funcionários da Prefeitura começaram a remoção dos obstáculos e a pintura do asfalto de preto. A ação levou para o Centro também o presidente da Câmara de Vereadores, Márcio Miguel Müller (PTB), e o ex-diretor de Trânsito do Município, Edar Borges Machado, que sempre foram contra a construção, iniciada em janeiro.

A remoção é fruto de um acordo entre a Prefeitura e o Ministério Público. Em março, a Promotoria entrou com uma ação contra o Município pedindo a retirada da ciclovia e obteve decisão favorável da Justiça, que deu 15 dias para a realização do serviço. Contudo, a Admi-

nistração Municipal conseguiu a suspensão do prazo por meio de um recurso no Tribunal de Justiça do Estado até a análise do mérito, que ainda não ocorreu.

Logo que assumiu, o novo prefeito Luiz Américo



DIRETOR de Transporte e Trânsito, Adão Vargas Aloy (E) acompanha o trabalho de remoção feito pelos operários

Aldana anunciou que pretendia ir ao MP em busca de um acordo. Algumas reuniões foram realizadas e o desfecho se deu na noite de segunda. A ação foi extinta mediante a retirada dos divisores de pista no prazo de cinco dias e seu reaproveitamento em outras obras. As despesas decorrentes do ser-

viço devem ser apuradas e passam a integrar outro processo: uma ação de improbidade administrativa, com seis réus - entre os quais o ex-prefeito Paulo Azeredo - por conta de irregularidades na implantação da ciclovia.

De acordo com o promotor de Justiça Celso Pedro Stein, a retirada da ciclovia em nada prejudica a ação de improbidade administrativa. "O pedido de remoção foi motivado pela certeza de que a obra não era segura nem para os ciclistas e nem para os motoristas e pedestres", ressalta. "A necessida-

de de retirá-la é uma despesa extra, fruto da má aplicação do recurso público", acrescenta. Foi este mesmo argumento que levou à cassação do mandato do ex-prefeito Paulo Azeredo pela Câmara de Vereadores, em 25 de

maio. Stein explica que as despesas de construção e de retirada, em caso de condenação, serão divididas entre todos os acusados: o ex-prefeito Paulo Azeredo; o arquiteto Sumerval Silveira Filho; o engenheiro Ricardo de Albuquerque Mello; o ex-secretário municipal

todos os acusados: o ex-prefeito Paulo Azeredo; o arquiteto Sumerval Silveira Filho; o engenheiro Ricardo de Albuquerque Mello; o ex-secretário municipal de Obras, Ademir Fachini; o ex-procurador-geral do município, Alexandre Muniz de Moura; e a empresa Sinalvias Sinalizadora Viária Ltda, da cidade de Teutônia, que forneceu as calotas metálicas usadas na obra.

## Histórico de confrontos

### 16 de janeiro

O diretor de Trânsito, Edar Borges Machado, pede demissão após o prefeito Paulo Azeredo mandar iniciar, naquele dia, a ciclofaixa no meio da Rua Capitão Cruz sem o seu consentimento.

### 21 de janeiro

Os vereadores Márcio Müller (PTB) e Renato Kranz (PMDB) encaminham representação ao Ministério Público pedindo a interdição da obra. Alegam falta de segurança, tanto para ciclistas quanto para pedestres e condutores de automóveis. Além disso, denunciam a inexistência de projeto técnico para a obra e a falta de aval do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito.

### 28 de janeiro

O Ministério Público expede termo de recomendação pela paralisação das obras. Recomenda, também, que mudanças como o sentido da rua e da rota dos ônibus não sejam feitas sem o consentimento do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito e a análise de técnicos da área.

### 29 de janeiro

Prefeitura desrespeita a recomendação e funcionários do Departamento de Trânsito fazem nova pintura em volta das paradas de ônibus e retomam a colocação de divisores de pista.

### 29 de janeiro

Prefeitura desrespeita a recomendação e funcionários do Departamento de Trânsito fazem nova pintura em volta das paradas de ônibus e retomam a colocação de divisores de pista.

### 3 de fevereiro

Prefeito apresenta o projeto da ciclovia e aponta o arquiteto Sumerval Silveira Filho como responsável técnico pela obra. O profissional admite que ciclovia foi iniciada sem o projeto estar concluído. A Anotação de Responsabilidade Técnica e o Registro de Responsabilidade Técnica não são divulgados.

### 5 de fevereiro

É realizada reunião na Promotoria, com representantes da Administração, Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, Corpo de Bombeiros, Brigada Militar e a promotora de Justiça Carmem Lúcia Garcia. Ela questiona a Administração sobre a obra e solicita documentos que

ainda não haviam sido entregues, como o memorial descritivo, planilhas de custos e o processo administrativo do Departamento Municipal de Trânsito sobre a obra.

### 9 de fevereiro

O Ministério Público entra com ação civil pública na Justiça pela suspensão das obras na ciclovia.

### 11 de fevereiro

A Justiça acolhe os argumentos do MP e embarça a obra, fixando multa contra o prefeito em caso de descumprimento.

### 26 de fevereiro

A Câmara instala processo de cassação do prefeito Paulo Azeredo por irregularidades na implantação da ciclovia.

### 13 de março

O Ministério Público ingressa na justiça com duas ações. A primeira, contra o Município, exigindo a retirada da ciclovia. A segunda, de improbidade administrativa, contra o prefeito e assessores, pelos prejuízos ao erário.

### 26 de março

A juíza titular da 2ª Vara Cível, Deise Fabiana Lange Vicente, acolhe ação civil pública assinada pelos quatro promotores da comarca

### 26 de março

A juíza titular da 2ª Vara Cível, Deise Fabiana Lange Vicente, acolhe ação civil pública assinada pelos quatro promotores da comarca e determina a remoção da ciclovia em 15 dias.

### 9 de abril

O Tribunal de Justiça aceita um recurso da Prefeitura de Montenegro e suspende a liminar que determinava a retirada da ciclovia em até 15 dias, até o julgamento do mérito da ação.

### 25 de maio

Por oito votos a dois, a Câmara aprova o Impeachment do prefeito e dá posse no cargo ao vice, Luiz Américo Alves Aldana.

### 15 de junho

O novo governo faz um acordo com o Ministério Público, homologado pela Justiça, e inicia a remoção da ciclovia. A ação civil pública de improbidade administrativa contra o prefeito e outros envolvidos na instalação segue normalmente.

com uma ação contra o Município pedindo a retirada da ciclovia e obteve decisão favorável da Justiça, que deu 15 dias para a realização do serviço. Contudo, a Administração Municipal conseguiu a suspensão do prazo por meio de um recurso no Tribunal de Justiça do Estado até a análise do mérito, que ainda não ocorreu.

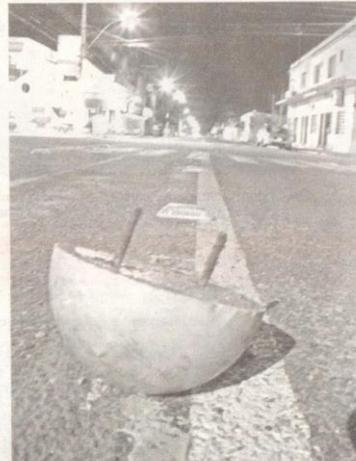
*“Qualquer decisão vai depender de muito diálogo”, diz Aloy*

O fato de a ciclovia ter sido removida da Rua Capitão Cruz não significa, de acordo com o diretor de Trânsito, Adão Vargas Aloy, que a Administração está de costas para aqueles que usam a bicicleta para se locomover. Ao contrário: a ideia é resgatar o Plano de Mobilidade Urbana, desenvolvido na gestão anterior, que prevê 39 quilômetros de pistas exclusivas para eles. No estudo, inclusive, há previsão de uma pista na mesma rua, porém, com sentido único, numa das laterais.

Aloy ressalta que qualquer decisão neste sentido será precedida de um amplo debate com o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito e com a comunidade, especialmente moradores e comerciantes da

Rua Capitão Cruz. “Não se pode analisar o trânsito por apenas um ponto. Qualquer interferência numa rua mexe no todo, possui impactos sobre o sistema viário inteiro”, explica.

O diretor acrescenta que o trânsito pode e deve ser usado, inclusive, para estimular a expansão do Centro, evitando a concentração de todo o tráfego em apenas duas ou três vias. Segundo Aloy, em relação à Capitão Cruz, é preciso analisar também a continuidade do fluxo em duas mãos na quadra entre a Santos Dumont e a Osvaldo Aranha. “Era para ser algo temporário”, recorda. A modificação ocorreu em 2013, quando foram realizadas obras complementares no conduto da rua Capitão Porfírio.



REMOÇÃO dos obstáculos começou por volta das 23h de segunda-feira

